

## Sinopse da Proposta de Paz 2012

Segurança humana e sustentabilidade: o respeito à dignidade da vida

O economista indiano, Amartya Sen, renomado defensor das abordagens sobre segurança humana, tem enfatizado "os perigos da privação repentina". Tais ameaças imprevistas tomam forma como desastres naturais e conflitos, provenientes de crises econômicas ou da rápida degradação ambiental provocada pela mudança climática. É crucial que respondamos com vigor a essas ameaças que podem prejudicar as pessoas, seus meios de subsistência e sua dignidade.

É da natureza dos desastres aniquilar aquilo o que é mais precioso, necessário e insubstituível à vida humana. Eles implicam no sofrimento da perda de amigos e familiares, na destruição de casas e no retalhamento dos laços de comunidade. Quando ocorrem, a sociedade como um todo deve estar preparada para oferecer apoio de longo prazo, compartilhando a responsabilidade de ajudar as pessoas a reconstruir suas vidas.

O tratado de Nitiren Daishonin (1222-1282), intitulado Tese sobre o Estabelecimento do Ensino Correto para a Paz da Nação, cujos ensinamentos são a base da crença dos associados da Soka Gakkai Internacional (SGI), fornece arcabouço útil para a compreensão do mundo contemporâneo. Três aspectos desse texto são especialmente relevantes à luz das

atuais condições e dos imperativos de segurança humana: [1] a posição filosófica de que a maior prioridade do Estado deve ser o bem-estar e a segurança das pessoas comuns; [2] uma chamada para o estabelecimento de uma visão de mundo enraizada em um sentido vital de nossa interconexão; e [3] a percepção de que o maior empoderamento é realizado quando, por meio do diálogo, avançamos a partir de uma preocupação compartilhada para uma ação ou juramento compartilhado.

Este tipo de empoderamento é de particular relevância para a restauração do sentimento de equilíbrio mental e saúde em situações pós-desastre, "a recuperação do coração". O Budismo ensina que, independentemente de nossas circunstâncias, sempre podemos manifestar a capacidade de ajudar aos demais, e também nos assegura que aqueles que mais sofrem têm o direito à maior felicidade

Direitos humanos e sustentabilidade

Ao nos voltarmos para propostas específicas, três grandes desafios – desastres naturais, degradação ambiental e pobreza, e armas nucleares – presentearão as futuras gerações com ameaças e encargos que tendem somente a aumentar quanto mais demoramos em sua prevenção. Humanitarismo, direitos humanos e sustentabilidade precisam ser

os elementos centrais de uma visão de futuro: Um mundo que, recusando-se a esquecer qualquer tragédia humana onde quer que ela ocorra, une-se em solidariedade para superar as ameaças.

Um mundo que, tendo como base o empoderamento dos indivíduos, dá prioridade à garantia da dignidade e ao direito de todos viverem em paz.

Um mundo que, recordando-se das lições do passado, não permite que gerações futuras herdem o legado negativo da história humana e direciona sua energia para transformar esse testamento.

#### Redução do risco de desastres

A respeito da redução do risco de desastres, o arcabouço internacional de apoio às vítimas de catástrofes precisa ser fortalecido, especificamente por meio da aplicação de uma abordagem baseada nos direitos e introduzindo essas respostas no mandato do Escritório do Alto Comissariado da ONU para os Refugiados (Acnur).

Precisamos criar uma cultura de direitos humanos que defenda a dignidade das pessoas atingidas por desastres, ameaças e injustiça social. Ao mesmo tempo, é vital que seja conferido poder às pessoas [empoderamento] para transformar as próprias circunstâncias, e aqui será indispensável priorizar as mulheres.

#### Priorizar as mulheres

As mulheres suportam um fardo desproporcional de privações resultantes das catástrofes, e elas são, muitas vezes,

expostas a ameaças mais graves. Ao mesmo tempo, há necessidade de se conferir maior reconhecimento à capacidade especial das mulheres em contribuir. Elas devem ser habilitadas como efetivos agentes da mudança nas áreas de redução de risco de desastres, recuperação e reconstrução. Do mesmo modo, deve ser maior o reconhecimento de seus potenciais papéis na resolução e prevenção de conflitos e construção da paz. Especificamente, a redução do risco de desastres e de recuperação das áreas afetadas poderia ser incluída no âmbito da Resolução no 1.325 do Conselho de Segurança da ONU.

#### Desenvolvimento sustentável

Diante da realização da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio +20), programada para junho deste ano, no Rio de Janeiro, Brasil, têm surgido muitas solicitações para o estabelecimento das Metas de Desenvolvimento Sustentável.

O conjunto de metas comuns para um futuro sustentável deve herdar o espírito dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio de aliviar as distorções em nossa sociedade global, geradas pela pobreza e pelas disparidades de renda. E deve abordar, ainda, a gama completa de questões sobre segurança humana.

Energia sustentável também é uma questão-chave que temos de enfrentar. Como se mostrou de forma dolorosamente clara com o acidente ocorrido na Usina Nuclear Fukushima, logo após o terremoto devastador e o tsunami que atingiram o

Japão em março passado, uma rápida transição uma política energética que não dependa da energia nuclear é urgentemente necessária. Ao mesmo tempo, a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) deve desempenhar um papel central na resposta aos acidentes em usinas nucleares, com o desmantelamento das centrais nucleares obsoletas e na manipulação da etapa final de ciclo do combustível nuclear.

#### Abolição das armas nucleares

Durante anos, a SGI tem promovido um movimento para manifestar a vontade do povo e proibir a utilização das armas nucleares por meio da adoção de uma Convenção sobre Armas Nucleares (NWC). O papel de liderança desempenhado pela sociedade civil no desenvolvimento de um projeto de Convenção sobre Armas Nucleares e na busca ativa pelo início das negociações demonstra que o manancial espiritual e o recurso normativo para tal tratado existem como uma presença vital no coração e na mente dos cidadãos comuns do mundo.

Devemos iniciar negociações concretas que culminarão na realização de uma Convenção sobre Armas Nucleares. Uma maneira de fazer isso seria apresentá-la como um tratado base, que estabeleça o arcabouço jurídico de um mundo sem armas nucleares. Esse tratado base permitiria aos Estados signatários se comprometerem claramente com a meta de um mundo livre de armas e a empreender um processo de redução da ameaça mútua. ONGs e governos interessados devem estabelecer um grupo

de ação para embarcar neste empreendimento.

Devemos estabelecer uma meta de lançamento para 2015. Hiroshima e Nagasaki poderiam proporcionar um local adequado para isso, com a realização de uma cúpula para abolição das armas nucleares que marcaria o fim efetivo da era nuclear. A Conferência de Revisão do Tratado da Não Proliferação Nuclear (TNP), prevista para 2015, oferece boa oportunidade para tal congresso.

A batalha pela paz, assim como a batalha pelos direitos humanos e pela humanidade em si, deve ser pensada como um trabalho para gerar um fluxo ininterrupto desse compromisso a ser transmitido de uma geração para outra. Essa é a convicção que sustenta os esforços da SGI para ajudar a construir um futuro melhor para todos e promover um movimento de empoderamento que consiste em 'de', 'para' e 'pelo' povo, lançando as bases para uma sociedade global de paz e coexistência harmoniosa.

1 O conceito de empoderamento (empowerment, em inglês) parte da ideia de conferir às pessoas o poder, a liberdade e a informação que lhes permitem decidir e participar ativamente da vida em sociedade. No sentido de difundir e compartilhar o poder com todos os membros que compõem uma instituição, abrindo mão do controle centralizado, e isso parece ser a solução viável que promove rapidez, flexibilidade e capacidade de decisão.